# ADUNESP *in*FORMA

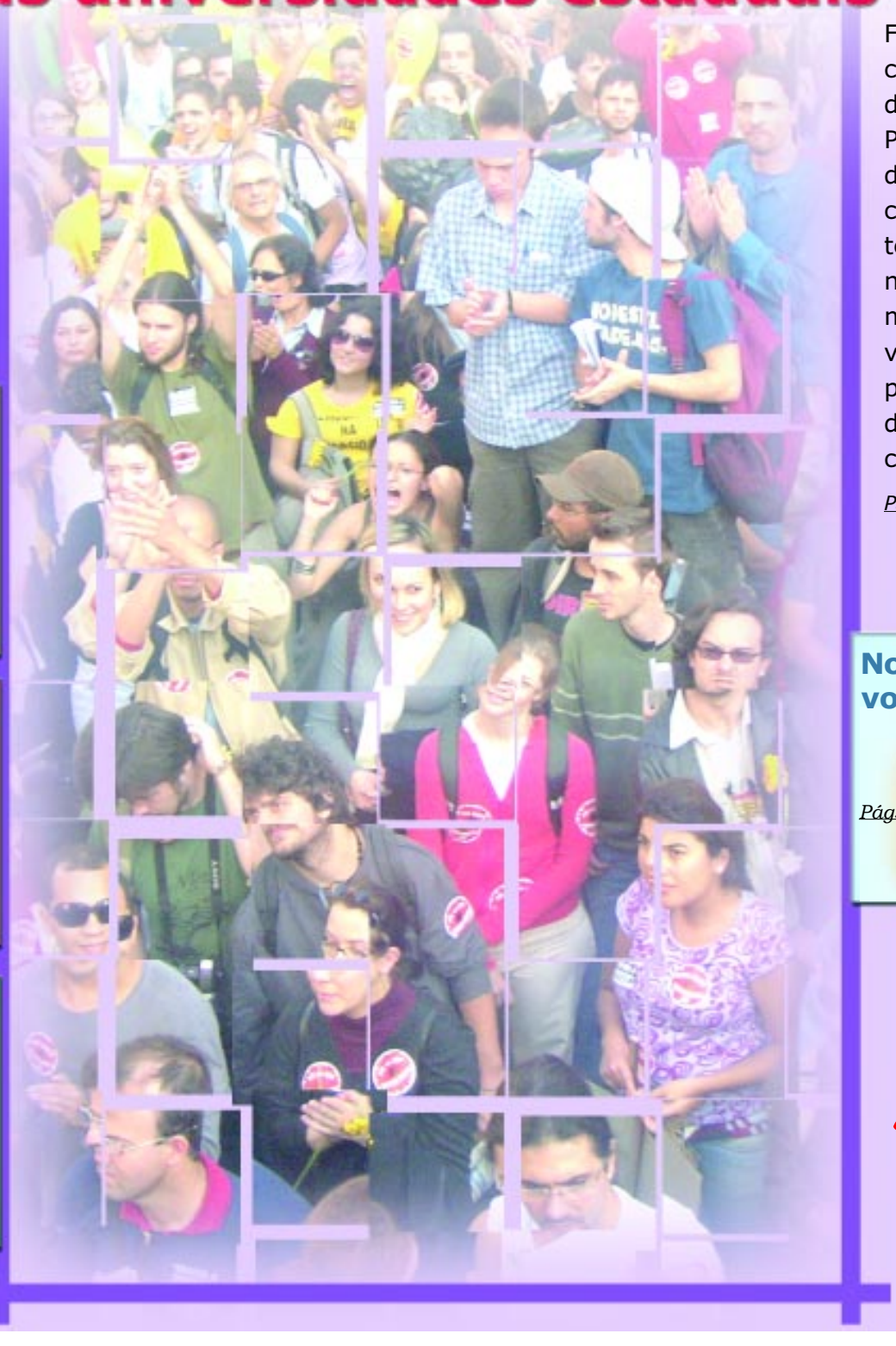
Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes

Nº 56 - Outubro/Novembro 2009


**Sindicato tem nova diretoria**

*Pág. 2*

# Carreira, democratização, EàD... Movimento em 2009 expôs as contradições das universidades estaduais



Fórum das Seis cobra a continuidade das negociações da Pauta Unificada deste ano. Reunião com a comissão técnica do Cruesp, no dia 19/10, mostrou mais uma vez que há recursos para saldar a dívida do arrocho com a categoria

*Págs. 6 e 7*

**Concurso para efetivação de celetistas não será mais compulsório**

*Pág. 11*

**Adunesp estimula debate sobre carreira docente**

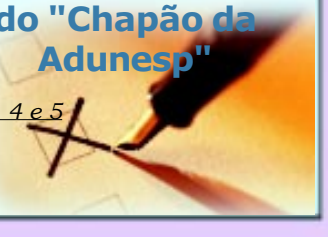
*Pág. 3*

**Univesp: "Devemos aceitar as pressões do mercado?"**

*Págs. 8 e 9*

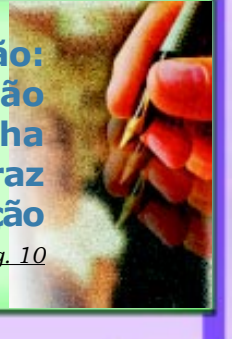
**Nos dias 18 e 19/11, vote nos candidatos do "Chapão da Adunesp"**

*Págs. 4 e 5*



**Avaliação: Aplicação da planilha traz preocupação**

*Pág. 10*



*Imagens de 2009*

*Pág. 12*

# Adunesp tem nova diretoria

*Diretores eleitos pela chapa "Adunesp democrática e combativa, de resistência e luta" ficam à frente da entidade no biênio 2009/2011*

Nos dias 25 a 27 de agosto, nosso Sindicato passou por eleições. A chapa única "Adunesp democrática e combativa, de resistência e luta" – composta por companheiros dos campi de Presidente Prudente, Jaboticabal, Marília, Assis e Bauru – foi eleita para conduzir a entidade no período de setembro/2009 a setembro/2011.

Na carta programa divulgada à categoria, os candidatos procuraram destacar aspectos da conjuntura atual, situando a educação e, em especial, a universidade pública. "A conjuntura atual é a expressão de mais uma crise estrutural do capitalismo e o cenário que se apresenta é o de que, mais uma vez, os trabalhadores arquem com suas consequências", diz um dos trechos do documento, citando o agravamento das contradições sociais. "Enquanto 1 bilhão de pessoas passa fome no mundo, os governos investem 10 trilhões de dólares para salvar instituições financeiras e grandes impérios industriais", exemplifica.

Outro aspecto evidenciado pela carta programa são as iniciativas do governo e da classe dominante para fazer avançar a "precarização" do trabalho, por meio de contra-reformas que almejam flexibilizar os direitos dos trabalhadores e as relações de trabalho.

A plataforma de atuação dos novos diretores baseia-se na proposta de manutenção de lutas históricas do movimento docente, incorporadas pela Adunesp, tais como a busca de construção e aperfeiçoamento do ideário da universidade pública democrática, laica, gratuita, de qualidade e de referência na sociedade; defesa do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a busca de garantia do financiamento público adequado, condição, sem a qual, a missão da Universidade fica prejudicada. Eles se comprometem a manter a atuação da entidade em sintonia com o sindicato nacional (Andes-SN) e como organização sindical de base na Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

### Os membros da direção da entidade

**Presidente**: Antônio Luis de Andrade (FCT/Pres. Prudente)
**Vice-Presidente**: José Gilberto de Souza (FCAV /Jaboticabal)
**Secretário-Geral**: Paulo Ribeiro Rodrigues Cunha (FFC-Marília)
**Vice-Secretário**: Nélson da Silva Filho (FCL/Assis)
**Tesoureiro-Geral**: José Carlos Miguel (FFC-Marília)
**Vice-Tesoureiro**: Ângelo Antonio Abrantes (FC-Bauru)

## Entre os princípios que a nova direção da Adunesp defende estão:

- Lutar pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e de referência na sociedade;
- Defender, de forma intransigente, o Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) como prerrogativa contratual;
- Lutar pela ampliação do debate sobre a avaliação docente no âmbito das especificidades e por uma perspectiva qualitativa e institucional;
- Lutar pelo aumento dos recursos públicos investidos na educação e, em particular, na universidade pública;
- Defender iniciativas de aperfeiçoamento de instâncias de decisão democráticas nas unidades da Unesp, constituídas através de eleições livres e democráticas;
- Lutar pela atualização digna dos salários e pela construção de um plano de carreira docente;
- Lutar pela paridade na remuneração dos aposentados da Universidade em relação ao pessoal da ativa;
- Lutar pela realização de Assembleia Universitária com vistas ao aprofundamento do debate sobre temas como democratização da universidade, ensino à distância, avaliação institucional, internacionalização da produção científica da Unesp, dentre outros aspectos;
- Lutar pelo pagamento dos precatórios e pelo direito à licença-prêmio em pecúnia;
- Desenvolver ações com vistas ao aperfeiçoamento da Assessoria Jurídica para a defesa dos interesses do Sindicato e do associado.

A nova diretoria considera que, para avançarmos nestas questões, é imprescindível que seja ampliado o número de filiados da Adunesp, expandido o número de subseções sindicais, e que todos os docentes da Unesp deem, na medida do possível, a sua contribuição. Isso pode ser feito de várias formas: participando das diretorias das seções sindicais locais da Adunesp, discutindo nossas questões importantes com os colegas, participando da administração da Universidade com a presença nos colegiados locais e centrais, levando as posições construídas coletivamente nas assembleias e nas plenárias que organizamos.

**Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.**
**Adunesp S. Sindical**

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

**Home page:** www.adunesp.org.br

**E-mail:** adunesp@adunesp.org.br

**Jorn. resp.:** Bahiji Haje (MTb 19.458)

# Adunesp defende isonomia entre as universidades, pleiteia inclusão dos aposentados e estimula debate sobre proposta aprovada no CEPE

*Entidade vê avanços, mas ressalta necessidade de situar o debate à luz da avaliação institucional. Comunidade poderá apresentar sugestões até 27/11*

Nas três universidades paulistas, ainda que em processos diferenciados, está em pauta um assunto de interesse direto da categoria: a carreira docente.

Na Unesp, no início de 2008, o CEPE constituiu uma comissão para elaborar uma proposta de carreira. A comissão, composta com representantes do CEPE das diversas áreas do conhecimento, considerou um conjunto de atividades do docente da Unesp, baseadas no tripé ensino/pesquisa/extensão, em paralelo à gestão. "A preocupação foi contemplar e valorizar o conjunto do trabalho docente, sem entrar na ótica produtivista", destaca Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, do campus de Marília, ex-diretora da Adunesp e membro da comissão. Para ela, não é possível pensar carreira de forma isolada da avaliação institucional, ou seja, de qual projeto de universidade queremos.

Em sua reunião de 28 de outubro, o CEPE aprovou a proposta. O texto será enviado à comunidade e às Congregações de unidades (ou ao Conselho Diretor, no caso dos campi experimentais) e as sugestões poderão ser feitas até 27/11. Nos dias 30/11 e 1º/12, a comissão sistematizará as propostas e as apresentará para a reunião do CEPE marcada para 8/12, a último da atual gestão. A versão aprovada teve algumas mudanças em relação ao texto original, sendo que a mais significativa foi a redução de dois níveis horizontais para somente um na carreira de doutor.

### Quem são os membros da comissão criada pelo CEPE

Fazem parte da comissão instituída pelo CEPE para elaborar a proposta de Plano de Carreira Docente os seguintes professores: Ana Liz Garcia Alves, Carlos Alberto dos Santos Cruz, Lídia Almeida Barros, Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira e Sueli Guadelupe de Lima Mendonça.

### O que está sendo proposto

O documento divulgado pela comissão destaca que a proposta leva em consideração dois aspectos fundamentais: tempo de docência na Unesp e mérito acadêmico. "Assim, o trabalho com ensino, pesquisa, extensão universitária e gestão, no conjunto, são tão importantes quanto a produção em cada uma dessas dimensões da vida acadêmica", diz o texto.

Segundo a comissão, "o objetivo é estimular a dedicação, estabelecendo níveis numa proposta de carreira horizontal entre as categorias da carreira vertical vigente, propiciando estímulo para maior produção acadêmica e científica dos docentes da Unesp e recompensando a excelência na formação, na produção docente e o tempo de dedicação à Universidade.

O texto foi elaborado ao mesmo tempo que as propostas que resultaram nas novas Resoluções para Livre-Docência (nº 27, de 15 de abril de 2009) e Professor Titular (nº 49, de 9 de julho de 2009), tendo elementos comuns entre elas. Isto porque o objetivo das respectivas comissões foi trabalhar e definir diretrizes comuns para a orientação do trabalho docente na Unesp.

A progressão se dará verticalmente, em quatro categorias, e horizontalmente em níveis, de acordo com a categoria em questão. Fixadas as categorias e os níveis, a proposta estabelece uma escala de vencimentos correspondentes, observados os princípios de progressão vertical e horizontal.

Para fins de docência na Unesp, são consideradas as seguintes categorias e níveis:

- Categoria MS 2: Professor Assistente.
- Categoria MS 3: Professor Assistente Doutor - Níveis I e II.
- Categoria MS 5: Professor Adjunto - Níveis I, II e IIII.
- Categoria MS 6: Professor Titular.

*Obs: A horizontalidade começa na categoria MS3 (doutor).*

Como critério de valorização acadêmica, a cada nível horizontal da carreira corresponderá uma parcela da diferença entre as categorias verticais. Da diferença entre MS3 e MS5, 50% do nível I para o nível II. Da diferença entre o MS5 e o MS6, 40% do nível I para o II e 80% do II para o III.

### Confira no site

A proposta aprovada na reunião do CEPE em outubro pode ser conferida no site da Adunesp (**www.adunesp.org.br**). Analise e faça suas sugestões.

### O que o Fórum das Seis defende

O Fórum das Seis vem realizando uma série de debates internos para avaliar as propostas em curso nas três universidades e traçar uma luta conjunta. Há consenso de que a carreira deva orientar o trabalho docente de forma não impositiva, respeitando demandas e perfis de cada instituição, mas sem ferir a isonomia. Para o Fórum, devemos travar a luta em defesa da constituição de um sistema estadual universitário isonômico.

A situação dos aposentados é outro imbrólio. Nas três universidades, fica clara a intenção de excluí-los. Ainda que reunissem, na época da aposentadoria, as condições para atingir determinado "nível", não poderiam fazê-lo.

A desvinculação entre carreira e estrutura de poder é outro aspecto fulcral. Para o Fórum, a disputa de poder na universidade deve acolher todos os interessados, independente do grau da carreira em que estejam.

O Fórum defende que qualquer alteração na carreira deve explicitar qual projeto de universidade pretende refletir e estimular e precisa se basear em argumentos de natureza acadêmica e não salarial. A correção salarial e a reparação de defasagens nos vencimentos devem ser discutidas e resolvidas durante os períodos de data-base, em negociações diretas entre Fórum e Cruesp.

Como assinala trecho do Caderno 2, editado pelo Andes, "a carreira deve ser compreendida como instrumento de realização profissional e mecanismo de garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, condição necessária à qualificação para a universidade em suas relações sociais."

Resgatando os princípios historicamente defendidos pelas entidades filiadas ao Andes em relação à carreira docente, o Fórum destaca: carreira única, com base no princípio "trabalho igual, salário igual" e baseada em critérios acadêmicos; regime jurídico único; ingresso por concurso público.

Dada a importância do tema, o Fórum das Seis questiona: Por que não submeter a discussão, democraticamente, a um grande congresso das três universidades estaduais paulistas?

# Nos dias 18 e 19/11, vote nos candidatos do "Chapão da Adunesp" para os órgãos colegiados centrais

As eleições para os órgãos colegiados centrais da Unesp acontecem nos dias 18 e 19 de novembro. Como ocorreu nos anos anteriores, a Adunesp promoveu um processo de debates que culminou na constituição do "Chapão", que reúne os candidatos que defendem os princípios encampados pela entidade. Abaixo, confira a carta de apresentação do "Chapão". Na página seguinte, veja quais são os candidatos.

## Em defesa da gestão democrática da Universidade

A gestão democrática da Unesp é uma construção histórica, uma luta em curso permanente, para a qual o Sindicato vem dando sua contribuição ao longo do tempo, pois acreditamos ser esse um dos princípios fundamentais da nossa concepção de universidade, aliada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa extensão, com garantia de financiamento público. Esses princípios são essenciais para a construção da universidade pública, laica, democrática e gratuita, socialmente referenciada que possa contribuir, efetivamente, para a superação de problemas da sociedade brasileira. Nesse sentido, a Adunesp apresenta à comunidade universitária, em especial para os docentes, seus candidatos aos Colegiados Centrais da Universidade, visando a continuidade da luta pela gestão democrática na Unesp, consolidando e ampliando conquistas essenciais para a instituição universitária, se contrapondo às decisões centralizadoras, sem participação efetiva da comunidade universitária (docentes, funcionários e estudantes).

Se hoje temos um avanço na contratação docente, com cerca de 240 contratações realizadas recentemente, ainda não superamos a defasagem apontada. Há ainda muitos problemas que devem ser enfrentados com políticas claras de valorização de seus trabalhadores, por meio do reconhecimento da importância de seu trabalho e da melhoria das condições para sua realização. Logo, um cronograma para contratação de docentes e servidores, o Plano de Carreira Docente, avaliação docente, política salarial, reposição de perdas salariais são pontos centrais a serem enfrentados. O reitor quando candidato apontou que desencadearia uma política de contratação, de reversão da precarização do trabalho docente. Ocorreram parte dessas contratações. Mas, haverá continuidade dessa política? O Chapão e o sindicato continuarão lutando por essas reivindicações.

Nas atividades fins da Universidade, os desafios são grandes para garantir a qualidade do trabalho acadêmico das unidades universitárias e a consolidação dos campi experimentais nos padrões unespianos. Nesse cenário, o debate das políticas educacionais mais amplas, em seus diferentes âmbitos e dimensões, se torna imprescindível na definição e implantação do nosso projeto de universidade. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp deve ser objeto de constante debate e avaliação, explicitando suas contradições frente aos objetivos propostos. Exemplo mais cabal da questão foi a aprovação do 'Pedagogia à Distância' a ser implementado já em 2010, a despeito do PDI que indicava a realização de fóruns de discussão sobre o tema na universidade, antes de qualquer ação efetiva, o que remete para a necessidade da Universidade reavaliar os seus processos de tomada de decisão, pois nem um debate maior houve sobre EàD. Enquanto um pequeno grupo estava tentando discutir, o reitor implementou a sua proposta. Não há processo democrático possível sem debate.

O sistema de avaliação que está sendo implantado na Unesp está retomando princípios tayloristas de controle dos docentes. Esse sistema terá conseqüências gravíssimas a curto prazo, tais como, rotatividade de docentes; geração de demissões, falta de tempo para o estudo e reflexão; encaminhamento da pesquisa para o empirismo estreito, para dar conta da produtividade; exacerbação da competitividade entre os docentes; produção de trabalhos pouco relevantes, dentre outros. Isso tudo já está ocorrendo nos Programas de Pós-graduação. Agora será estendido à universidade como um todo.

Esses pontos fundamentais — que estão na pauta dos colegiados e na prática na vida unespiana — precisam ser enfrentados com muita tranqüilidade e qualidade na discussão, tendo como método o debate democrático. Desse modo, a participação propositiva dos representantes nos colegiados centrais se faz cada vez mais necessária, tanto ao trazer para os colegiados os anseios da comunidade, como ao socializar junto a ela o conjunto de informações que norteiam as discussões e deliberações dessas instâncias representativas. Não é tarefa fácil no momento em que o trabalho individual, a centralização de decisões prevalecem frente a participação e debate coletivos. Por essas razões que a Adunesp apresenta seus candidatos visando contribuir para o avanço da gestão democrática da Universidade.

# Os candidatos do "Chapão da Adunesp" 2009

## CADE

| Subáreas | Titular | Suplente |
|---|---|---|
| Ciências Exatas e da Terra | Álvaro Souza Dutra – FE/Guarátinguetá | Valmir Fadel – Ilbilce/SJRP |
| Ciências Biológicas | Sebastião Roberto Taboga – Ibilce/SJRP | Paula Rahal – Ibilce/SJRP |
| Engenharias | Antonio Joao Diniz – FE/Ilha Solteira | João Alberto de Oliveira – FE/Guarátinguetá |
| Ciências da Saúde | ---------- | ---------- |
| Ciências Agrárias | José Gilberto de Souza – FCAV/Jaboticabal | Silvia Maria Almeida L. Costa - FE/Ilha Solteira |
| Ciências Sociais Aplicadas | Pedro Celso Campus – FAAC/Bauru | Ângelo Sottovia Aranha - Bauru |
| Ciências Humanas | Luiz Roberto Vasconcellos Boselli – FFC/Marília | Alonso Bezerra de Carvalho – FCL/Assis |
| Lingüística, Letras e Artes | Maurizio Babini – Ibilce/SJRP | Antônio Folquito Verona – FCL/Assis |

## CEPE

| Subáreas | Titular | Suplente |
|---|---|---|
| Ciências Biológicas | João Chaves Costa Jr. – FCL/Assis | Eduardo Galhardo – FCL/Assis |
| Ciências Exatas e da Terra | Marcelo Andrés Fossey – Ibilce/SJRP | Márcio José Tiera – Ibilce/SJRP |
| Engenharias | Mauro Hugo Mathias – FE/Guaratinguetá | Cássio Roberto Macedo Maia – FE/Ilha Solteira |
| Ciências da Saúde | ---------- | ---------- |
| Ciências Agrárias | ---------- | ---------- |
| Ciências Sociais Aplicadas | Antonio Francisco Magnoni – FAAC/Bauru | Juliano Maurício de Carvalho – FAAC/Bauru |
| Ciências Humanas | Odair da Cruz Paiva– FFC/Marília | Sueli Guadelupe de Lima Mendonça– FFC/Marília |
| Lingüística, Letras e Artes | Lídia Almeida Barros – Ibilce/SJRP | Rubens Pereira dos Santos – Ibilce/SJRP |

## CCPG

| Subáreas | Titular | Suplente |
|---|---|---|
| Ciências Exatas e da Terra | ---------- | ---------- |
| Ciências Biológicas | ---------- | ---------- |
| Engenharias | Edson Antonio Capello Sousa – FE/Bauru | Gilberto de Magalhães Bento Gonçaves – FE/Bauru |
| Ciências Agrárias | Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues – FE/Guaratinguetá | Gener Tadeu Pereira – FCAV/Jaboticabal |
| Ciências da Saúde | ---------- | ---------- |
| Ciências Sociais Aplicadas | ---------- | ---------- |
| Ciências Humanas | Carlos da Fonseca Brandão – FCL/Assis | Maria Izaura Cação – FFC/Marília |
| Lingüística, Letras e Artes | ---------- | ---------- |

## CCG

| Subáreas | Titular | Suplente |
|---|---|---|
| Ciências Exatas e da Terra | ---------- | ---------- |
| Ciências Biológicas | Maria Tercília V. de A. Oliveira – Ibilce/SJRP | Maria Aparecida Marin Morales – IB/Rio Claro |
| Ciências Agrárias | ---------- | ---------- |
| Engenharias | ---------- | ---------- |
| Ciências da Saúde | ---------- | ---------- |
| Ciências Sociais Aplicadas | Dalva Aleixo Dias – FAAC/Bauru | Celina Marta Correa – FAAC/Bauru |
| Ciências Humanas | Antonio Thomaz Junior – FCT/Prudente | Silvana Fernandes Lopes – Ibilce/SJRP |
| Lingüística, Letras e Artes | Leticia Marcondes Rezende – FCL/Araraquara | Alcides Cardoso dos Santos – FCL/Araraquara |

## CCEU

| Subáreas | Titular | Suplente |
|---|---|---|
| Ciências Biológicas | Carlos Alberto Anaruma – IB/Rio Claro | Luiz Augusto Normanha Lima – IB/Rio Claro |
| Ciências Exatas | Cássio Roberto Macedo Maia – FE/Ilha Solteira | Ermínia Lourdes Campello Fanti – Ibilce/SJRP |
| Ciências Humanas e Sociais | Neide Barroca – FCT\Prudente | Claudemira Azevedo Ito – FCT/Prudente |

**PARA O CO, HÁ UMA VAGA POR UNIDADE UNIVERSITÁRIA. OS CANDIDATOS DO CHAPÃO ESTÃO SENDO DIVULGADOS DIRETAMENTE PELA SUBSEÇÃO DA ADUNESP EM CADA UNIDADE**

*Leve esta página como orientação quando for votar!*

# Fórum das Seis cobra dos reitores a continuidade das negociações

*Cruesp descumpre palavra de negociar no segundo semestre*

Após muita cobrança do Fórum das Seis, que lembrou insistentemente aos reitores o compromisso de realizar encontros mensais da comissão técnica, finalmente aconteceu uma reunião no dia 19/10, na USP. Os representantes do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) procuraram demonstrar aos dirigentes sindicais a "impossibilidade" de novo reajuste ainda neste ano.

Como justificativa, alegaram que a arrecadação do ICMS deve ficar dentro do previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado (em torno de R$ 56,2 bilhões). Isso significaria um crescimento nominal de apenas 0,74% em relação a 2008, o que é considerado improvável pelo Fórum.

Levando em conta o repasse do ICMS às universidades até o momento (setembro/2009), nota-se que o comprometimento acumulado com a folha de pagamento neste ano é inferior à média dos anos 1995 a 2008.

**A primeira negociação com o Cruesp, em 18 de maio, na USP. Embora ainda não houvesse paralisação na Unesp, caravanas de vários *campi* estiveram presentes**

**% da folha de pagamento bruta sobre as liberações financeiras**

| | Total | Unesp | Unicamp | USP |
|---|---|---|---|---|
| Acumulado jan/set 2009 | 85,37% | 87,43% | 88,18% | 83,18% |
| Comprometimento médio 1995/2008 | 86,39% | 88,53% | 88,40% | 84,52% |
| Se o Cruesp tivesse concedido 21% (reivindicação total da data-base 2009), o comprometimento das três universidades com a folha teria subido menos de 1,5% em relação à média do período 1995/2008 | 87,62% | 88,80% | 89,95% | 86,06% |

Como mostra o quadro, se houvesse sido atendida integralmente a reivindicação da data-base 2009 (6,1% de inflação do período + 10% de reajuste para repor perdas + fixo de R$ 200,00), ainda assim o comprometimento seria viável, bastante próximo da média de 1995 a 2008.

## A mesma política de sempre

O desenrolar da data-base 2009 deixou uma certeza: os reitores optaram por fazer caixa com os nossos salários. A única proposta apresentada por eles, logo no início das negociações, atendeu apenas a primeira parte da nossa reivindicação salarial (pagamento da inflação dos 12 meses).

As negociações deste ano ocorreram de forma tumultuada e desrespeitosa com a categoria. A primeira negociação foi jogada para 18/5, embora a Pauta Unificada tenha sido protocolada em 16/4.

A segunda negociação, em 25/5, não ocorreu, após uma série de provocações por parte do Cruesp (tentativa de impedir a participação de representantes estudantis, exigência de que os membros do Fórum entrassem na reitoria da USP pela porta dos fundos etc).

Frente à intransigência dos reitores, o movimento acirrou-se entre os estudantes e funcionários da USP (em greve desde 5 de abril), que reagiram com piquetes em frente à reitoria. No dia 1º de junho, a USP foi ocupada por policiais fortemente armados, a pedido da reitora Suely Vilela e com a anuência do governador. No dia 9, em resposta a uma manifestação pacífica em frente à reitoria, tropas policiais transformaram a cidade universitária num verdadeiro cenário de guerra, perseguindo manifestantes com cassetetes e bombas de gás. Cenas que não se via há 30 anos na USP!

A greve chegou ao ápice nas três universidades, fortalecendo-se entre os servidores e estudantes da Unesp e da Unicamp, embora parcial entre os docentes. No dia 10 de junho, assembleia dos docentes da USP aprovou a palavra de ordem de "Fora, Suely".

Vários atos públicos seguiram-se a estes fatos. O maior deles aconteceu no dia 18/6, saindo da Av. Paulista e culminando no Largo São Francisco.

## Saldo político

Um saldo importante da mobilização é que a nossa luta em defesa da universidade pública, gratuita e democrática ganhou espaço na agenda política da sociedade. A violenta re-

**À esquerda, a reação da comunidade à truculência policial na USP, que teve seu campus invadido no dia 9/6. Ao lado, fala o professor João Chaves, então presidente da Adunesp e coordenador do Fórum das Seis, em ato no Largo São Francisco (18/6), contra a ocupação da Cidade Universitária pela polícia**

pressão contra a comunidade universitária na USP, por parte da polícia militar – truculência autorizada pela reitora, com a devida conivência do governo Serra – desencadeou um movimento importante: a luta pela democratização das instâncias de poder nas universidades estaduais e no Centro Paula, que tem relação direta com o projeto que defendemos para a universidade: com acesso ao conjunto da população, livre dos interesses de mercado e produtora de conhecimentos que atendam à maioria.

Também está na ordem do dia o debate sobre a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), com a realização dos debates entre Fórum e Cruesp, iniciados em 21 de outubro (*confira nas páginas 8 e 9*), e sobre a implantação da carreira docente (*página 3*).

O Fórum das Seis continuará cobrando a continuidade da discussão sobre os demais itens da Pauta Unificada 2009, que traz questões importantes para a categoria (democratização das instituições, descriminalização dos movimentos, contratações, manutenção dos HU's nas universidades, ensino à distância, extensão de licença-prêmio aos celetistas, carreira, políticas de permanência estudantil etc). É preciso que o Cruesp cumpra a palavra empenhada e agende uma negociação neste segundo semestre.

## USP: Prêmio de excelência ou manobra?

Assim como fez em 2008, a Universidade de São Paulo está concedendo em 2009 o chamado "Prêmio de Excelência" para docentes e servidores. Neste ano, o valor é 50% maior do que o anterior: R$ 1.500,00 divididos em duas parcelas (uma foi paga em outubro e a outra está prevista para o primeiro semestre de 2010).

Também da mesma forma que em 2008, o prêmio deste ano não se estende aos aposentados.

A conduta da USP é reveladora de uma situação que vem sendo sistematicamente denunciada pelo Fórum das Seis: há recursos nas universidades para reajustar os salários de forma digna e não os insignificantes 6,05% concedidos em maio. E, se há recursos na USP, da mesma forma que há na Unesp e na Unicamp, por que não conceder reajuste nas três universidades, tanto para ativos quanto para aposentados?

### Fórum pela democratização

Um dos resultados políticos alcançados com a greve deste ano foi a criação do Fórum pela Democratização das Universidades Estaduais Paulistas. O lançamento aconteceu no dia 29/6, na USP. Participaram da atividade o sociólogo Francisco de Oliveira, o educador Demerval Saviani, a filósofa Marilena Chauí e o matemático Francisco Miraglia, bem como representantes dos sindicatos e entidades estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza.

# Unesp toma a frente em processo que confunde vagas virtuais com expansão da educação superior pública

*Primeira graduação em EàD está prevista para começar em março de 2010*

Na greve que marcou a data-base deste ano, a rejeição à Univesp estava entre as palavras de ordem que mais chamaram a atenção.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) foi criada em outubro de 2008. Segundo o governo paulista, seu objetivo é "ampliar o acesso à educação superior pública", em parceria com a Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza (Ceeteps). A estrutura consorciada da Univesp agrega, ainda, a Fundação Padre Anchieta, a Fapesp, a Fundap e a Imprensa Oficial. O projeto acadêmico, conteúdos, processo de seleção para ingresso e avaliação de desempenho nos cursos cabem às instituições de ensino envolvidas.

A exemplo do que aconteceu em várias ocasiões, infelizmente a Unesp tomou a dianteira do processo mais uma vez. A Universidade abriu processo seletivo para 1.350 vagas à distância no curso de Pedagogia, com início previsto para março de 2010 e duração de três anos. Na USP, a abertura da Licenciatura em Ciências à distância ainda esbarra nas negociações entre a universidade e o governo. Na Unicamp, o Conselho Universitário não autorizou o início de nenhum curso até o momento.

## Argumentação frágil

A argumentação em defesa do ensino à distância é extensa, mas pouco convincente. Tanto em São Paulo, com a Univesp, como em âmbito federal, com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a principal justificativa seria a necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior. "Trata-se de uma forma de democratização do ensino e uma alternativa de inclusão social para aqueles que, por conta da sua condição social ou localização geográfica, não têm acesso ao ensino presencial", defendeu Gil da Costa Marques, professor da USP e membro do conselho da Univesp, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (Tendências/Debates, 20/6/2009).

Em artigo na mesma seção e data, o professor César Minto, ex-diretor da Adusp e militante do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep/SP), classifica a Univesp de "arremedo de ensino superior". Ele lembra que, se há jovens alijados do ensino superior por razões sociais ou econômicas, a solução é a expansão das instituições públicas presenciais.

"Do ponto de vista educacional, o EàD poderá trazer inúmeras limitações para os estudantes, desde a ausência de programas de iniciação científica a dificuldades de acesso a boas bibliotecas e a laboratórios bem equipados", enfatiza Minto.

No caso da Unesp, a participação na Univesp está sendo implementada sem que seja feita uma séria avaliação das experiências que a Universidade desenvolveu, como 'PEC-Formação Universitária', 'Pedagogia Cidadã' e cursos de extensão.

**Alunos manifestam-se contra a Univesp durante atos no dia 25 de maio (alto) e 18 de junho**

## Mercado pujante

A maioria das faculdades privadas desenvolve seus projetos na busca frenética pelo dinheiro e para a sobrevivência no mercado, transformando o aluno em "cliente". Com o EàD, não está sendo diferente. Segundo estatísticas da Secretaria de Educação à Distância do MEC, de 2000 a 2008, subiu de 1.682 para 760.599 o número de alunos de graduação que estudam por meio dessa modalidade de ensino no Brasil. Destes, 72% (551.860) estão em instituições particulares.

Os lucros movimentados na rede privada são impressionantes. De acordo o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de SP (Semesp), o setor do ensino à distân-

cia movimentou cerca de R$ 1,5 bilhão em 2007.

É este o caminho que as universidades públicas devem seguir?

### O papel das novas tecnologias

É inegável que as novas tecnologias são produto de um processo que não pode – e não deve – ser interrompido. Assim como já interferem e modificam o processo educacional no presente, é certo que produzirão caminhos novos e mudanças gigantescas no futuro. No entanto, elas devem ser usadas como ferramentas de apoio e nunca como substitutas da educação presencial.

Para a Adunesp, a relação professor-aluno só se concretiza através do vínculo, ou seja, da relação social entre os agentes. Sem a vivência em comum, tornam-se estreitos os caminhos que levam à internalização das experiências e ao avanço da consciência do mundo.

**O debate em Bauru: no alto, fala a professora Segatto, do campus de Rio Claro. Ao seu lado, os professores Klaus** (*esq.*) **e Minto. Nas outras duas fotos desta página, o público que participou do evento**

*I Fórum de Debates sobre EàD*

## Postura da universidade pública frente às pressões do mercado foi uma das polêmicas centrais no primeiro debate sobre EàD em Bauru

No dia 21 de outubro, teve início em Bauru, no campus da Unesp, o I Fórum de Debates sobre EàD. A atividade é fruto do acordo firmado entre o Fórum das Seis e o Cruesp, durante as negociações da data-base 2009, de estimular na comunidade acadêmica a reflexão sobre o ensino à distância e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), consórcio criado pelo governo paulista em 2008 e que envolve as três universidades estaduais.

Este primeiro encontro teve como tema central "EàD: Por que e para quem? Limites e possibilidades". Pelo Fórum, debateram os professores César Augusto Minto (USP) e Maria Aparecida Segatto Muranaka (Unesp); pelo Cruesp, José Armando Valente (Unicamp) e Cleide Mara Ribeiro Souza (Núcleo de Tecnologia Educacional de Morrinhos/GO).

Cerca de 120 pessoas compareceram ao debate, oriundas da USP, Unicamp, Unimep/Piracicaba e dos campi da Unesp de Marília, Rio Claro e Assis.

Uma afirmação do professor Valente em sua exposição inicial gerou várias intervenções durante o debate, entre os colegas da mesa e os participantes da plenária. Alertando para o fato de que as instituições privadas estão promovendo ensino à distância em larga escala e sem maiores preocupações com a qualidade, ele lançou a pergunta: "Deixaremos o mercado decidir por nós?" Para ele, as universidades públicas podem fazer com qualidade, não de forma aligeirada e mercantilista.

"Tem momentos que é preferível perder o bonde da história, ou será que vamos compactuar com essa política de educação diferenciada para diferentes classes sociais?", respondeu a professora Segatto

"De fato, não devemos deixar que o mercado decida por nós", interveio o professor Minto. Ele considera que embarcar no EàD da forma que as universidades públicas estão fazendo é que significa se submeter aos interesses do mercado. O docente frisou que não devemos aceitar afirmações do tipo: "Se a universidade pública pode fazer EàD melhor do que as privadas, deve fazer" ou, ainda, "melhor EàD do que nada."

Minto também ressaltou que a expansão de vagas públicas por meio de ensino à distância é uma política discriminatória. "A intenção do governo é preservar os chamados centros de excelência para a formação dos quadros dirigentes e o EàD e outras formas aligeiradas de ensino para a maioria dos que conseguem ter acesso a esse nível de ensino", disse. "

### EàD e pesquisa

A segunda parte do debate foi destinada às perguntas. Algumas delas acabaram gerando polêmica entre os debatedores.

"O EàD não secundariza a pesquisa?", quis saber um participante da plenária.

Para o professor Valente, não. Ele considera que todos os cursos à distância que estão sendo organizados pelas universidades estaduais têm caráter de pesquisa, pois geram dissertações, artigos, iniciação científica etc.

O professor Minto disse ver o problema de outro modo. Ele destacou a diferença entre transmissão e produção do conhecimento, que precisam sempre ser trabalhadas conjuntamente. "O que vejo no EàD é o privilégio do primeiro aspecto", enfatizou.

## Os próximos debates

- **"Faltam professores? Ensino à Distância é a solução?"**
11/11, das 14h às 18h, em Campinas (Unicamp).
**Debatedores:** Bernardete Gatti, Ivany Rodrigues Pino, Maria Elizabeth B. de Almeida e Otaviano Augusto Helene.

- **"Como formar quadros para o país?"**
02/12, das 14h às 18h, em SP (USP).
**Debatedores:** Edmundo Fernandes Dias, Klaus Schlünzen Junior, Manoel Oriosvaldo de Moura e Sueli Guadelupe de L. Mendonça.

Obs: Ambos serão transmitidos pela Internet (respectivamente **www.unicamp.br** e **www.usp.br/prg**)

# Início da aplicação da planilha gera preocupação na categoria

*Adunesp insiste no debate: avaliação individual ou institucional?*

Os docentes que iniciaram o triênio em 2008 já estão atuando sob as regras da avaliação docente aprovada pelo CEPE. Os critérios haviam sido divulgados pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Unesp no início de 2008, de acordo com o deliberado pelo CEPE em novembro do ano anterior. A aplicação da planilha está ocorrendo em paralelo à visita de membros da CPA às unidades.

De acordo com texto divulgado pela CPA, os critérios são fruto de dois anos de discussão e sua elaboração envolveu várias comissões (CCG, CCPG, CCPe e CCEU), culminando na sistematização por um grupo de trabalho.

As atividades docentes durante o triênio serão avaliadas em cada uma das cinco dimensões analisadas: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão universitária e gestão. Cada dimensão pode ter uma pontuação máxima de 30 pontos. Os relatórios de avaliação docente (RAD's) serão analisados pelas Congregações das unidades e pela CPA. De acordo com as regras da avaliação aprovada pelo CEPE, para se manter em RDIDP, o professor deverá ter, no triênio, média igual ou superior a 50 pontos. A pontuação considerada ideal deve ser igual ou superior a 70 pontos. Docentes que tiverem pontuação entre 50 e 69 pontos deverão ter seu processo encaminhado à CPA, que analisará a sua atuação. Para se manter em RTC, a média corresponderá a 60% dos pontos estabelecidos para o RDIDP.

O início da aplicação da planilha gerou expectativa entre os docentes. A informação de que o professor poderá ter seu regime de trabalho rebaixado caso não atinja 70 pontos é um dos aspectos questionados. Abordado sobre o assunto, em várias visitas que fez às unidades em 2008, o reitor da Unesp, professor Herman Voorwald, disse que "não é bem assim". Mas o assunto continua nebuloso. Em várias Congregações, houve resistência em implantar a planilha.

Anteriormente, a CPA pediu aos departamentos que entrassem em sua página na Internet e respondessem a quatro perguntas, sobre dificuldades e facilidades na implantação da planilha. A Adunesp enviou uma consulta à CPA, para saber qual destino terá o resultado da consulta, mas ainda não obteve retorno.

**Em vez de produtividade individual, deve estar em foco a produção institucional e coletiva.**

## O que defende a Adunesp

Para o Sindicato, não se pode avaliar a atuação do docente de forma descolada das condições de trabalho, do projeto departamental, da unidade e da própria Universidade, ou seja, da avaliação institucional.

"O que ocorreu com a avaliação institucional feita na Universidade entre os anos de 2005 e 2007 e que chegou a ser apresentada ao Conselho Estadual de Educação?", questiona a professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, de Marília, ex-diretora da Adunesp e atual conselheira no CEPE. "Terá sido apenas uma formalidade, para cumprir exigências legais?"

Ela também considera contraditório que a Universidade dê início à avaliação docente neste momento, passados poucos meses da aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). "À luz de qual concepção de universidade seremos avaliados?"

## Avaliação e condições de trabalho

Num cenário em que os recursos financeiros são insuficientes e no qual os docentes são estimulados às saídas individuais para a solução dos seus problemas – buscar variadas formas de completar seus salários dentro e fora da Universidade, por exemplo ministrando cursos pagos via fundações – muito provavelmente a avaliação passará longe dos interesses da maioria explorada da população.

Para a Adunesp, a avaliação docente deve significar um estímulo ao aperfeiçoamento do professor no desempenho do ensino, da pesquisa e da extensão, socialmente referenciados e dentro do contexto da proposta pedagógica do seu curso. Esta avaliação deve ocorrer de forma permanente, democrática e transparente, a partir de critérios não produtivistas, tanto quantitativos quanto qualitativos, alicerçada num projeto global para a educação superior brasileira e este num projeto político para a nação.

É dentro desta ótica que se deve realizar a avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição, com objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e fornecer subsídios para a sua progressão na carreira docente (*leia matéria sobre carreira na página 3*). Em vez de produtividade individual, deve estar em foco a produção institucional e coletiva.

# Concurso para efetivação de celetistas não será mais compulsório

## Ação da Adunesp leva reitoria a submeter ao CO nova resolução, que contempla as preocupações da categoria

Os docentes da Unesp contratados sob regime da CLT não serão mais obrigados a se submeter a concurso público compulsório para provimento de cargo de Professor Assistente pelo regime estatutário.

No início do ano, a reitoria havia divulgado a informação de que tais docentes teriam que prestar novo concurso e, caso aprovados, serem recontratados no âmbito do Regime Jurídico Único do funcionalismo. A possibilidade de desligamento, caso não fossem aprovados ou se recusassem a fazer o concurso, gerou dúvidas e insatisfação.

A Adunesp questionou a reitoria sobre o assunto, apresentando-lhe o parecer da assessoria jurídica da entidade que, entre outros aspectos, relatava o fato de que a lei garantia estabilidade a todos os funcionários públicos após três anos, independente do regime em que sejam contratados (estatutário ou celetista).

A solução para o impasse aconteceu na reunião do Conselho Universitário de 22 de outubro de 2009, com a aprovação de uma resolução enviada pela reitoria. Ela altera a Resolução Unesp nº 89, de 30/7/2003, que previa a obrigatoriedade de concurso para provimento do cargo após cinco anos na função. Com a mudança, o inciso VI da referida resolução fica assim: "Após o período de três anos, a critério da Administração, poderá ocorrer concurso público para provimento do cargo correspondente à função contratada, a partir da solicitação e distribuição de cargo vago para a Unidade em que houve a contratação no regime jurídico da CLT."

# Pela liberdade de atuação e organização sindical

Nos últimos anos, o movimento docente, estudantil e de servidores tem sofrido uma série de ataques por parte das reitorias e do governo. Particularmente após a greve de 2007, que teve como fatos centrais as ocupações estudantis na reitoria da USP e em várias unidades da Unesp e da Unicamp, sucederam-se sindicâncias, processos administrativos e até ações na justiça comum. A mobilização daquele ano, vale lembrar, foi decisiva para que o governo Serra recuasse na aplicação de um conjunto de decretos que feriam diretamente a autonomia das universidades.

**Durante negociação da data-base 2009, manifestante pede fim da perseguição ao movimento**

Na Unesp, a perseguição a um grupo de professores que questionaram a falta de democracia no campus experimental de Registro, que incluiu ameaças de morte via e-mail, é um dos fatos mais lamentáveis.

Na USP, a demissão de Claudionor Brandão, diretor do Sintusp e membro do Conselho Universitário, em dezembro de 2008, revoltou a comunidade. Sua readmissão foi uma das principais reivindicações da data-base deste ano. A "acusação" contra Brandão refere-se à greve de 2005, quando houve uma ocupação nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Na realidade, ele e outros ativistas do Sintusp vêm sofrendo, há anos, uma série de sindicâncias e processos administrativos, sempre a partir de greves e manifestações da categoria.

Em julho deste ano, no marco do processo movido pelo Sintusp contra a USP pela reintegração do sindicalista, foi realizada uma audiência na 26ª Vara da Justiça do Trabalho. Na audiência, a conciliação (reintegração) foi rejeitada pela reitoria da USP.

Na véspera da audiência, representantes do Comando de Mobilização e Autodefesa dos Trabalhadores reuniram-se com o chefe de gabinete da reitoria, professor Alberto Carlos Amadio, reivindicando um acordo na justiça que assegurasse a readmissão. Amadio recebeu dos trabalhadores uma série de moções, declarações e manifestos de várias entidades do país, além de um abaixo-assinado com mais de 1.500 assinaturas de funcionários, estudantes, professores e intelectuais em repúdio à demissão do Brandão.

Para o Fórum das Seis, todas estas medidas repressivas e intimidatórias contra a comunidade das universidades estaduais paulistas têm o objetivo de destruir a organização sindical e da resistência contra a política de sucateamento da educação pública, adotada pelo governo e pelas reitorias.

O Fórum reivindica a reintegração de Brandão e a retirada de todos os processos contra servidores, docentes e estudantes.

**Liberdade de expressão e liberdade sindical são direitos inegociáveis!**
**Nenhuma punição aos que lutam em defesa da educação pública!**

# Serra sanciona lei que terceiriza rede pública e presenteia fundações privadas

## Modelo indica o que deve acontecer com os HUs após a "autarquização"

O governador José Serra sancionou, no dia 18/9, o projeto de lei complementar (PLC) 62/2008, que havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no dia 2/9. Ele foi transformado na lei complementar (LC) 1.095.

A nova lei (nº 1.095) permite que qualquer hospital público seja gerido pelas chamadas "organizações sociais" (ou entidades privadas sem fins lucrativos). Na prática, isso significa que pode ser flexibilizada a gestão dos recursos financeiros e humanos dos hospitais, removendo obstáculos jurídicos que dificultam o corte de gastos, dispensando-os da necessidade de licitações e realização de concursos públicos para contratações de pessoal, e facilitando o processo de demissões. Antes, essa possibilidade era prevista apenas para os hospitais novos.

O único ponto vetado por Serra foi o dispositivo que permitia aos hospitais destinar uma cota dos atendimentos em até 25% para pacientes particulares e com planos de saúde, mediante a cobrança dos serviços prestados. A cobrança havia sido inserida no projeto através de uma emenda enviada pela deputada Maria Lúcia Amary (PSDB). Na realidade, o veto já era esperado e funcionou como artifício para desviar a atenção da sociedade do que realmente interessava aos tucanos, ou seja, a legalização da terceirização ampla no setor.

A aprovação da nova lei acontece no momento em que as universidades estaduais paulistas discutem a proposta de "autarquização" dos hospitais universitários, que significa a sua transferência para a tutela da Secretaria de Saúde do Estado. No caso do HC da Unesp em Botucatu, a medida já foi aprovada pela congregação local e, agora, tramita no Conselho Universitário (CO). Não é difícil prever que, sob controle direto do estado, os hospitais universitários estarão sujeitos às mesmas regras impostas aos demais hospitais públicos paulistas.

# Imagens de 2009

Após a ocupação da USP por tropas policiais, no dia 1º de junho, a pedido da reitora Suely Vilela e com o apoio do governador Serra, a mobilização cresceu nas três universidades. O grande ato público em 18 de junho, que saiu da avenida Paulista e culminou no Largo São Francisco, com cerca de 10.000 pessoas, foi o ponto alto de 2009.

## A aposentadoria em foco

Na próxima edição, o *Jornal da Adunesp* colocará em destaque a aposentadoria docente. O objetivo é resgatar as mudanças ocorridas desde 1996, passando pela reforma da Previdência em 2003 e a criação da São Paulo Previdência (SPPrev) em 2007. Esse conjunto de alterações tem gerado preocupações entre os docentes. Se você tem dúvidas, envie-as para **adunesp@adunesp.org.br**. Elas serão encaminhadas ao departamento jurídico da entidade e, também, subsidiarão a reportagem da próxima edição.